

PAÍSES BAIXOS

REINO DOS PAÍSES BAIXOS

Chefe de Estado:	Rainha Beatriz
Chefe de Governo:	Jan Peter Balkenende
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	16,6 milhões
Esperança média de vida:	79,8 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	6/5 por 1000

Requerentes de asilo foram transferidos para a Grécia, apesar das preocupações continuadas sobre a falta de acesso a procedimentos justos de requerimento de asilo naquele país. Os procedimentos acelerados de determinação de asilo, as detenções de requerentes de asilo e migrantes, a extensão da prisão preventiva e a recusa de assistência legal durante o interrogatório policial de suspeitos de crimes causaram preocupação.

Refugiados, requerentes de asilo e migrantes

Na sequência de uma decisão judicial em Maio, o governo retomou as transferências de requerentes de asilo para a Grécia para a determinação do seu pedido de asilo ao abrigo do Regulamento "Dublin II", apesar das graves preocupações relativamente aos procedimentos de determinação de asilo e às condições de detenção naquele país.

Em Junho, o governo propôs a introdução de emendas na Lei de Estrangeiros. Se implementadas, estas emendas farão que todos os pedidos de asilo sejam processados num prazo de oito dias, incluindo os casos complexos. Em Julho, o Comité dos Direitos do Homem das Nações Unidas (HRC) manifestou a sua preocupação por os "procedimentos acelerados" em vigor, que permitem a determinação de pedidos de asilo em 48 horas, e o processo de oito dias proposto pelo governo poderem impedir os requerentes de asilo de apresentarem adequadamente os seus pedidos, deixando-os em risco de repatriamento forçado.

De acordo com estimativas governamentais, milhares de migrantes irregulares e requerentes de asilo foram, durante o ano, levados para centros de detenção de imigrantes e detidos em regime de prisão preventiva. Entre os detidos encontravam-se pessoas vulneráveis, como vítimas de tráfico e de tortura, sem que tivesse havido grande preocupação com a procura de alternativas à detenção. Mesmo menores desacompanhados, que o governo considerou não terem qualquer legitimidade para permanecer ou residir nos Países Baixos, continuaram a ser detidos.

Alguns imigrantes cujo período de detenção começou em 2008 estiveram detidos mais de 12 meses, uma vez que a legislação holandesa não prevê qualquer limite máximo para a detenção de imigrantes.

Contra-terrorismo e segurança

Em Março, o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa manifestou a sua preocupação relativamente às medidas adoptadas pelas autoridades holandesas com o objectivo declarado de combater o terrorismo, incluindo: definições vagas e abrangentes de crimes que poderiam levar à imposição de restrições injustificáveis aos direitos humanos e liberdades; artigos ao abrigo da Lei de Investigação e Julgamento de Crimes Terroristas que permitem a detenção devido à mera suspeita de "crime terrorista" e o alargamento do período

máximo de prisão preventiva, de 90 dias para dois anos, para pessoas acusadas de "crimes terroristas".

O CDH manifestou a sua preocupação relativamente à recusa de aconselhamento jurídico aos suspeitos criminais durante os interrogatórios policiais e a possibilidade de prisão preventiva de até dois anos. O Comité criticou certos artigos da Lei de Protecção de Identidade de Testemunhas, que permitiam que a defesa fosse excluída do processo de interrogatório de testemunhas cuja identidade não tinha sido revelada à defesa por razões de segurança nacional. Manifestou ainda a sua preocupação relativamente à autoridade dos presidentes de câmara para emitir "ordens de distúrbio" administrativas, alegadamente para combater o terrorismo, sem autorização judicial ou supervisão das medidas impostas ao abrigo destas ordens.

Prisioneiros da Baía de Guantánamo

Em Julho, o governo declarou que estava a considerar aceitar a transferência de alguns indivíduos detidos na base naval norte-americana da Baía de Guantánamo.

Discriminação

O Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa manifestou a sua preocupação por causa das tendências racistas e anti-semitas e outras formas de intolerância nos Países Baixos, principalmente a intolerância para com os muçulmanos.

Em Junho, foi aprovada legislação obrigando os municípios a recolher, a partir de 1 de Janeiro de 2010, dados sobre incidentes de discriminação, e a providenciar acesso a serviços de apoio para as pessoas que pretendam denunciar actos de discriminação.